



Concursos Públicos para Professores de Música: uma investigação no Rio Grande do Sul

Márcio Roberto Ritter Carvalho¹

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Cristina Rolim Wolffenbüttel²

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Resumo: Esta pesquisa, em fase inicial, objetiva investigar a realização de concursos públicos para professores de música no Rio Grande do Sul. Tem como metodologia a abordagem qualiquantitativa, pressupondo o uso da pesquisa via *Internet*, e a análise dos dados realizada a partir da análise de conteúdo. O referencial teórico fundamenta-se em conceitos de Educação Musical (KRAEMER, 2000), balizados pela Abordagem do Ciclo de Políticas (BOWE *et al*, 1992; BALL, 1994). A etapa atual da pesquisa encontra-se na etapa de *surfing*, buscando *links* e *browsing*, folheando sistematicamente as páginas *Web*, focando os sites das prefeituras e secretarias municipais de educação do Rio Grande do Sul. Preliminarmente, observa-se que grande parte das cidades ainda não realizaram concursos públicos para o provimento de cargos de professores de música.

Palavras-chave: Educação Musical; Políticas Educacionais; Concursos Públicos.

¹ Acadêmico do Curso de Graduação em Música: Licenciatura, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Integrante do Grupo de Pesquisa “Educação Musical: diferentes tempos e espaços” (CNPq/Uergs).

² Pós-Doutora, Doutora em Educação Musical pelo Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Mestre em Educação Musical e Licenciada em Educação Artística – Habilitação em Música, pela UFRGS. Especialista em Informática na Educação – Ênfase em Instrumentação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Professora Adjunta do Curso Graduação em Música: Licenciatura, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Coordenadora do Curso Graduação em Música: Licenciatura, na UERGS. Coordenadora do Curso de Especialização em Educação Musical para Professores da Educação Básica. Coordenadora dos grupos de pesquisa Educação Musical: diferentes tempos e espaços (CNPq) e Grupo de Pesquisa em Arte: criação, interdisciplinaridade e educação (CNPq), da UERGS. Coordenadora de Área; Artes, no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/UERGS). Coordenadora dos Centros Musicais, do Programa Brinca e dos Centros de Dança, na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Representante do Rio Grande do Sul junto à Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM. Possui as seguintes publicações individuais: “Cantigas de Ninar”, “A Música na Região de Montenegro”, “Terço Cantado – A Religiosidade Popular na Região de Montenegro” e “Resgatando os Contos e as Lendas da Nossa Terra”. Possui as seguintes publicações em co-autoria: “Aspectos Culturais do RS”; “Resgatando o Folclore na Escola”; “A Música Folclórica e a Educação Musical”, no livro Para Compreender e Aplicar Folclore, “A Presença da Música no Pixurum”; “Música para Professores”. Possui, também, publicações em anais de Simpósios, Congressos e Seminários nas áreas de Música, Educação Musical, Etnomusicologia e Educação.



Introdução

A educação Musical no Brasil vem desde muito tempo atrás. Segundo Lemos Júnior (2012), esses registros remontam a época em que os portugueses desembarcaram aqui no Brasil. Com a vinda da Família Real, em 1808, o acesso à música foi ampliado, mas somente em 1890 é que a formação específica do professor de música foi exigida (LEMOS JUNIOR, 2012).

Apesar das exigências legais de 1890, não houve um fortalecimento da música. Apenas a partir da década de 1920 que algumas contribuições favoreceram o ensino de música no país, com a Escola Nova, tendo em destaque o Canto Orfeônico de Villa-Lobos (LEMOS JUNIOR, 2012).

As reformas realizadas no ensino brasileiro entre 1931 e 1942 oportunizaram a expansão do Canto Orfeônico, tornando-o obrigatório no ensino primário e ginásial. Com a ditadura militar em 1964, tornou-se necessária uma adequação à educação brasileira como um todo, como a modificação do nome Canto Orfeônico para Educação Musical.

Em 1971 o ensino de música foi extinto dos currículos escolares, sendo denominado Educação Artística, e mantendo um caráter interdisciplinar, com ênfase em artes plásticas, dança, música e teatro. (LEMOS JUNIOR, 2012). Nesta época, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.962, de 1971 (LDB 5.962/71) instituiu o ensino da educação artística no ensino fundamental e médio de todo o país (BRASIL, 1971). A partir dessa LDB, houve um esvaziamento de conteúdos específicos, principalmente da música, em prol de uma educação dita polivalente. Para Hentschke e Oliveira (2000), na década de 1970, predominava a tendência educacional cuja ênfase apresentava-se mais no aspecto expressivo dos indivíduos.

A atenção no processo de ensino e aprendizagem destinava maior ênfase no processo, ao invés do produto, não considerando a abordagem relativa à formação de artistas.

Penna (2004a, 2004b) investigou a política educacional para o ensino de artes no ensino fundamental e médio da educação básica. Nessa investigação,



Penna aponta as modificações ocorridas entre 1970 e 1990. Houve modificações nas leis onde a música foi deixada em segundo plano, somente na década de 1990, com a LDB nº 9.394/96, que começa a surgir movimentações para se separar as artes como disciplinas únicas. Conforme a lei, a inserção da música na escola deveria entrar em vigor em 19 de agosto de 2008 e os sistemas de ensino teriam três anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas. Passou-se o tempo muito pouco da lei que foi efetivada.

Partindo desses pressupostos e da legislação vigente, entende-se a responsabilidade dos órgãos públicos de aplicar a legislação, considerando-se a necessidade de existirem planejamentos e ações por parte das secretarias de educação para a implementação da música nas escolas. Nesse sentido, resultaram indagações sobre como serão aplicadas as leis, principalmente a aplicação de concursos públicos para professores de música no Rio grande do Sul. Levando alguns pontos em especial: quantas e quais secretarias promoveram ou irão promover concursos? Os esforços para que isso ocorra? Deste modo, esta pesquisa visa investigar tais abordagens.

Metodologia

Por se tratar de uma pesquisa quali-quantitativa, o desenho metodológico desta pesquisa pressupõe o uso da pesquisa via *Internet*, sendo a análise dos dados realizada a partir da análise de conteúdo.

Levando em conta que, nos dias atuais, questões como custo, deslocamento entre outros, a pesquisa via *Internet* se mostra extremamente eficiente para a investigação aqui proposta. Em se tratando de coleta de dados via *Internet*, se utilizará o método proposto por Koch (1996). O autor propõe uma taxonomia para a área de pesquisa sobre sistemas de busca. Koch (1996) define *surfing*, *searching* e *browsing*, que são conceitos a serem utilizados para a coleta dos dados nesta investigação. Para o autor, *surfing* constitui-se uma perseguição não sistemática de links e *browsing* como o folhear sistemático de páginas *Web*, auxiliado por coleções



ou revisões. O termo *searching* é utilizado por Koch (1996) para designar o processo de busca com a ajuda de bases de dados construídas para este fim. Deste modo, Koch (1996) explica que *surfing* equivaleria a folhear um livro ao acaso; *browsing*, a procurar no sumário por determinado capítulo, e *searching*, a procurar fatos e palavras isoladas utilizando o índice do final do livro.

Posteriormente, após o *surfing*, *searching* e *browsing*, proposto por Koch, as análises dos dados começarão a ser feitas. Para tal finalidade, uma organização será feita, com base em Yin (2005). Para o autor, uma análise de dados “consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar ou, do contrário, recombina as evidências quantitativas ou qualitativas para tratar as proposições iniciais de um estudo” (YIN, 2005, p.137). Então, a análise dos dados oriundos desta investigação, será realizada através do uso da análise de conteúdo. De acordo com Moraes (1999):

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999, p.9).

Para o bom andamento da pesquisa pretende-se utilizar o método proposto por Moraes (1999), que bem explica os procedimentos de uma análise qualitativa com o uso da análise de conteúdo. De acordo com o autor, existem cinco etapas a serem trilhadas, a saber: preparação, unitarização, categorização, descrição, interpretação. Uma breve descrição das etapas a seguir:

Preparação: Após a coleta dos dados, os quais serão obtidos via *Internet*, através dos sistemas de busca *surfing*, *searching* e *browsing*, propostos por Koch (1996), os mesmos passarão por um processo de preparação. Este processo consistirá em identificar amostras de informação a serem analisadas. O procedimento para isto ocorrerá a partir da leitura dos dados coletados no todo, decidindo sobre quais deles efetivamente estão de acordo com os objetivos da pesquisa.



Unitarização: Devidamente preparados dados virtuais oriundos da pesquisa na *Internet*, estes passarão pelo processo de unitarização. Isto ocorrerá através da leitura atenta de todo o material, a fim de definir a unidade de análise. De acordo com Moraes (1999), a unidade de análise é o elemento unitário de conteúdo que será classificado posteriormente.

Categorização: A categorização consistirá em agrupar os dados considerando a parte comum existente entre eles. Serão classificados por semelhança ou analogia, originando categorias temáticas.

Descrição: De acordo com Moraes (1999), a quarta etapa do processo de análise de conteúdo é a descrição. Definidas as categorias e identificado o material de cada uma delas, passa-se à comunicação dos resultados. A descrição é o primeiro momento desta comunicação.

Interpretação: A interpretação objetiva à compreensão. A tarefa da interpretação é exercitar com maior profundidade a interpretação, incluindo a literatura especializada e demais experiências da investigação, além daquelas vividas pelo pesquisador. A etapa da interpretação será composta de duas vertentes. Uma delas, constituída pela fundamentação teórica em Educação Musical (KRAEMER, 2000) e pela análise das políticas – notadamente relacionada à Abordagem do Ciclo de Políticas (BOWE *et al*, 1992; BALL, 1994). Esta vertente resultará de uma exploração dos significados expressos nas categorias da análise, contrastadas com esta fundamentação (MORAES, 1999).

Referencial Teórico

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se em conceitos de Educação Musical (KRAEMER, 2000), balizados pela Abordagem do Ciclo de Políticas (BOWE *et al*, 1992; BALL, 1994).

Kraemer (2000) trata da Educação Musical – pedagogia da música – como um imbricamento entre disciplinas, discutindo dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical e salientando as particularidades da área em



relação às demais disciplinas. O autor descreve os lugares em que a pedagogia da música se origina, bem como quem dela se ocupa. Em sua análise, esclarece que a pedagogia da música se ocupa com as relações entre pessoa(s) e música(s), dividindo seu objeto de estudo com as ciências humanas. Exemplifica essas disciplinas enfocando-as quanto aos aspectos filosóficos, históricos, psicológicos, sociológicos, musicológicos, pedagógicos e de outras disciplinas que podem ter um significado pedagógico-musical importante.

Os aspectos filosóficos, apontados por Kraemer (2000), incluem a estética da música e a antropologia pedagógica. Os aspectos históricos são tratados na perspectiva de que, sendo a história um conjunto de contribuições humanas, é importante que as pessoas reconstruam seus próprios acontecimentos a partir do material disponível, analisando-os e os interpretando criticamente. Assim, a história abrangeria a pesquisa e a escrita histórica. O autor salienta, nessa análise, a musicologia histórica e a pedagogia histórica.

Dentre os aspectos psicológicos, Kraemer (2000) apresenta a psicologia geral da música – recepção estética e sociológica da música, pesquisa sobre aprendizagem e motivação – a psicologia da música psicológico-social – socialização musical, pesquisas sobre concepção musical e sobre comunicação – a psicologia diferenciada da música – talento musical e sua medição, desenvolvimento de testes, características da personalidade e do comportamento musical – e a psicologia do desenvolvimento – gênese de determinados comportamentos musicais e níveis de vivência relativos ao amadurecimento, crescimento e meio sociocultural.

Bowe *et al* (1992) e Ball (1994) propuseram a caracterização do processo político, subsidiando a elaboração da Abordagem do Ciclo de Políticas. Para os autores, ao introduzir a noção de um ciclo contínuo de política, a pretensão objetivava atrair a atenção para a recontextualização política que transita pelas escolas. Políticas são, portanto, intervenções textuais; contudo, elas também carregam consigo limitações e possibilidades. A resposta a esses textos tem consequências reais, sendo experienciadas no contexto da prática.



Posteriormente, Ball (1994) expandiu a Abordagem do Ciclo de Políticas, acrescentando dois contextos: dos efeitos e da estratégia política. Ball sugere, então, que a análise de uma política envolva o exame dessas duas dimensões, bem como das interfaces da política em estudo com outras políticas setoriais e com o conjunto das políticas. Ball (1994) postula a necessidade de as teorias em política educacional estarem desvinculadas dos trabalhos do Estado.

A política é uma “economia de poder”, um conjunto de tecnologias e práticas, cujas realizações e lutas ocorrem acima dos arranjos locais. Ball (1994) postula a necessidade de as teorias em política educacional estarem desvinculadas dos trabalhos do Estado. A política é uma “economia de poder”, um conjunto de tecnologias e práticas, cujas realizações e lutas ocorrem acima dos arranjos locais. Política é, ao mesmo tempo, texto e ação, palavras e contratos; isso é o que se representa e o que se pretende. Políticas são sempre incompletas, básicas e simples. A prática, todavia, é sofisticada, contingente, complexa e instável.

Considerações Preliminares

A etapa atual da pesquisa encontra-se na etapa de *surfing*, buscando *links* e *browsing*, *folheando* sistematicamente as páginas *Web*, focando os sites das prefeituras e secretarias municipais de educação do Rio Grande do Sul.

Observa-se, preliminarmente, que grande parte das cidades ainda não realizou concursos públicos para o provimento de cargos de professores de música.

Entende-se que, após as verificações dos dados, dos cruzamentos de informações e embasamento teórico, a presente pesquisa poderá fornecer um panorama do ensino de música no RS.

Referências

BALL, S.J. *Education reform: a critical and post structural approach*. Buckingham; Open University Press, 1994.



BOWE, R, *et al.* *Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology.* London: Routledge, 1992.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 540/77*, de 10 de fevereiro de 1977, do CFE. Sobre o tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no art. 7º da Lei 5.692/71.

HENTSCHKE, Liane; OLIVEIRA, Alda. A educação musical no Brasil. In: HENTSCHKE, Liane (Org.). *Educação musical em países de línguas neolatinas.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 47-64.

KOCH, Traugott (Apr 1996). *Internet search services.* (Translation of a paper given at: "Further on the way to the virtual library! Libraries are using the Internet". Erste INETBIB-Tagung in der UB Dortmund, March 11, 1996. Conference: <<http://www.ub.uni-dortmund.de/lnetbib/programm.htm>>. Paper: <<http://www.lub.lu.se/tk/demos/DO9603-meng.html>>.

KRAEMER, Rudolf-Dieter. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. *Em Pauta*, Porto Alegre, V.11, n. 16/17, abr./nov., p.50-73, 2000.

LEMONS JÚNIOR, Wilson. História da educação musical e a experiência do canto orfeônico no Brasil. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 27, p. 67-80, jan./abr. 2012. p.67-80. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/715/71523347005.pdf>. Acesso em 5 de fevereiro de 2015.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Educação*, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ano XXII, n.37, pp.7-31, março 1999.

PENNA, Maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - I analisando a legislação e os termos normativos. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 10, mar. 2004a, p.19-28.

_____. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - II da legislação à prática escolar. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 11, set. 2004b, p.7-16.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos.* Porto Alegre: Bookman. Tradução de Daniel Grassi, 3ª ed., 2005.